

 <p>ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DA VIDA</p>	<p>PSICO</p> <p>Psico, Porto Alegre, v. 51, n. 1, p. 1-13, jan.-mar. 2020 e-ISSN: 1980-8623 ISSN-L: 0103-5371</p>
<p> http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2020.1.32419</p>	

ARTIGOS

Comissão Nacional da Verdade e regime militar: representações sociais de estudantes universitários

The National Truth Commission and the military regime: social representations of university students

La Comisión Nacional de La Verdad y el régimen militar: representaciones sociales de estudiantes universitarios

Karen Sibila Strobel

Moreira Weimer¹

orcid.org/0000-0001-7073-3697

karen.weimer@hotmail.com

Denize Cristina de

Oliveira¹

orcid.org/0000-0002-0830-0935

dcouerj@gmail.com

Recebido em: 1 nov. 2018.

Aprovado em: 11 out. 2019.

Publicado em: xx xxx. 2020.

Resumo: Este estudo teve como objetivo analisar as representações sociais construídas por estudantes universitários acerca da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e do regime militar brasileiro, bem como verificar as aproximações entre essas representações. A amostra foi composta por 200 estudantes. Os instrumentos de coleta de dados foram: questionário de dados sociodemográficos e questionário de evocação livre de palavras referente aos estímulos "CNV" e "regime militar brasileiro". Os dados foram submetidos à análise estrutural das representações sociais com o auxílio do *software* EVOC (2005). Os resultados indicam que a primeira representação se ancora na segunda. Porém, trata-se de representações autônomas e independentes uma da outra. A representação da CNV apresenta característica predominantemente humanista, representada pelo elemento "necessário-verdade", enquanto a representação do regime militar brasileiro demonstra ser essencialmente negativa e com característica ideológica representada pelo elemento "ditadura". Os resultados indicam o apoio do grupo pesquisado para com o resgate da memória de violações de direitos humanos ocorridas no País naquele período histórico.

Palavras-chave: comissão da verdade, regime militar, representações sociais.

Abstract: This study aimed to analyze the social representations shaped by university students about the National Truth Commission (CNV) and the Brazilian military regime, as well as to verify the approximations between these representations. The sample consisted of 200 students. The data collection instruments were sociodemographic data and free evocation questionnaires referring to the "CNV" and the "Brazilian military regime" stimuli. Data were submitted to structural analysis of social representations with the support of the EVOC software (2005). Results indicate that the first representation is anchored in the second. However, these are autonomous and independent representations of each other. The CNV representation is predominantly humanistic, represented by the "necessary truth" element, while the representation of the Brazilian military regime proves to be essentially negative and ideologically characterized by the "dictatorship" element. These results indicate the research group's support to recall the memory of human rights violations that took place in the country in that historical period.

Keywords: truth commission, military regime, social representations.

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo analizar las representaciones sociales formadas por estudiantes universitarios sobre la Comisión Nacional de la Verdad (CNV) y el régimen militar brasileño, así como verificar las aproximaciones entre estas representaciones. La muestra estuvo compuesta por 200 estudiantes. Los instrumentos de recolección de datos fueron un cuestionario de datos sociodemográficos y otro sobre evocación libre de palabras que se referían a los estímulos de la "CNV" y del "régimen militar brasileño". Los datos se sometieron a un análisis estructural de representaciones sociales con la ayuda del



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil

software EVOC (2005). Los resultados indican que la primera representación está anclada en la segunda. Sin embargo, estas son representaciones autónomas e independientes entre sí. La representación de la CNV es predominantemente humanista, representada por el elemento "verdad necesaria", mientras que la representación del régimen militar brasileño demuestra ser esencialmente negativa e ideológicamente caracterizada por el elemento "dictadura". Estos resultados indican el apoyo del grupo investigado al rescate de la memoria de violaciones de derechos humanos que tuvieron lugar en el país en ese período histórico.

Palabras clave: comisión de la verdad, régimen militar, representaciones sociales.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instituída em 2012, em decorrência do resgate da memória de violações de direitos humanos no período militar brasileiro. Para diversos autores, essa Comissão pode ser considerada um acontecimento histórico, pois ainda que muito tarde, o País legitimou um espaço de apuração de fatos que, até então, permaneciam reclamando sentidos (Daltoé, 2016).

Os tribunais de Nuremberg são considerados por vários autores como marcos na forma de se olhar para as atrocidades contra os direitos humanos cometidas no passado. Com a instalação desses tribunais, a indiferença com relação às violações de direitos humanos começou a ser abandonada e deu início ao que passou a ser chamado de justiça de transição (Mezarobba, 2009).

De acordo com Hayner (2001), a justiça de transição encontra-se no âmbito do direito internacional e recebe esse nome por tratar do período em que um estado de exceção se transforma em um Estado de Direito. A instalação de comissões da verdade configura-se como uma das formas de justiça de transição, ou seja, uma das possíveis maneiras de recuperar as obrigações legais impostas pela legislação internacional dos direitos humanos. Para o autor, essas comissões se caracterizam por: focar o passado para trazer questões de abuso em certos períodos; funcionam por tempos definidos, entregam relatórios ao final de sua vigência; são sancionadas e autorizadas pelo Estado e é isso que as distingue de comissões de indagação não oficiais.

Diversos países se utilizaram desse instrumento de justiça de transição para reparar violações aos direitos humanos logo após a troca de um

regime totalitário para a democracia. Porém, no Brasil, isso sobreveio quase 30 anos depois das primeiras eleições diretas ocorridas no país, após o regime militar (1964-1985).

Para Mezarobba (2009), a despeito do que aconteceu em países do Cone Sul, o regime militar brasileiro foi estruturado de forma a disseminar o medo e a desmobilizar a sociedade.

Para a autora,

Com essa finalidade, além de classificar de inimigos do Estado todos aqueles que se opunham às suas ideias, fez uso dos mais diversos expedientes para perseguir e punir seus opositores. Entre as infrações e crimes cometidos pelos militares estão as demissões sumárias de servidores públicos, as aposentadorias compulsórias, a suspensão de direitos políticos, a cassação de mandatos, a perseguição a sindicalistas e líderes estudantis, a perda de vaga em escola pública ou a expulsão de escola particular, a expulsão do país, o exílio forçado, as práticas de detenções arbitrárias, o uso da tortura, os sequestros, estupros e assassinatos. (Mezarobba, 2009, p. 45)

Para Canabarro (2014), a participação social foi expressamente limitada e a liberdade de expressão era duramente reprimida. Conforme apontam Tavares e Agra (2009), a tortura era usada como instrumento para obter confissões e depoimentos dos prisioneiros políticos.

A transição para a democracia e a reparação daqueles que sofreram com as graves violações de direitos humanos ocorreu de forma lenta no Brasil, principalmente quando comparada a outros países da América Latina. Valendo-se do que já havia sido feito em termos de tentativa de memória, justiça e reparação, em 2011, foi criada a Comissão Nacional da Verdade, com a Lei n.º 12.5282, de 18 de novembro de 2011, que tem como função principal a reconciliação do Estado com a sociedade. Trata-se de uma tentativa de recuperar a memória daqueles atingidos pelos processos de violação dos direitos humanos (Canabarro, 2014).

Para Pinto (2010), entre as inovações da CNV está a aprovação da Lei de Acesso à Informação (LAI) que garantiu o acesso à informação de interesse público e forneceu mais transparência à

administração pública, restringindo a possibilidade de cerceamento das informações. Outra inovação foi a articulação territorial e setorial, uma vez que a CNV foi acompanhada pela constituição de comissões da verdade em todo o País, as quais foram fundamentais, especialmente em um país de dimensão continental como o Brasil. Tais comissões também possibilitaram a ampla mobilização em torno dos temas relacionados à memória, à verdade e à justiça (Brasil, 2014, p. 34).

Entretanto, Canabarro (2014) destaca a complexidade da sistematização das informações obtidas pela CNV, uma vez que muitas fontes desapareceram ou foram queimadas pelos militares como uma forma de ocultamento da memória. O autor indica que "muitos documentos eram comprometedores e, por isso, foram descartados ou destruídos e, por essa razão, a coleta de depoimentos orais foi fundamental para a construção da verdade histórica". (Canabarro, 2014, p. 220).

A CNV, no final de 2014, entregou um documento final à Presidência da República, contendo 1.996 páginas que reúnem todo o processo de levantamento de informações e depoimentos colhidos de vítimas, familiares de vítimas, militares etc. (Daltoé, 2016).

Diante do exposto, observa-se que a CNV foi criada em função dos fatos ocorridos e das práticas desenvolvidas no período histórico vivenciado no Brasil, especialmente entre os anos de 1964 a 1985. A partir dessas práticas, foram formadas representações sociais e memórias, tanto do regime militar quanto da Comissão Nacional da Verdade.

Por esses motivos, este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa empírica que buscou analisar as representações sociais e as memórias tanto do regime militar brasileiro quanto da Comissão Nacional da Verdade.

Jodelet (2001), na tarefa de sistematização do campo, caracteriza as representações sociais como "uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (Jodelet, 2001, p. 67).

A formação das representações sociais ocorre

quando aquilo que não é familiar, proveniente dos universos reificados (universo da ciência, tecnologia e profissões especializadas), se torna familiar nos universos consensuais (atividades intelectuais produzidas na interação cotidiana). De acordo com a Teoria das Representações Sociais (TRS), as representações sociais são consideradas como teorias do senso comum, sendo, portanto, pertencentes a uma dada realidade social, e são criadas apenas quando o novo ou não familiar vem a ser incorporado aos universos consensuais (Moscovici, 2012).

Para Sá (2015), observa-se a ocorrência de memórias expressas por "representações sociais", por meio da ancoragem de experiências novas em conhecimentos preexistentes. Portanto, por um lado, o processo de ancoragem atua ao estabelecer um vínculo entre a novidade e uma rede de significações pré-constituída, formando, por conseguinte, a representação. Por outro, as lembranças ajudam a construir as representações do presente, como se existisse um jogo constante entre o presente e o passado.

Além da TRS, a presente pesquisa utiliza conceitos e proposições teóricas pertencentes à abordagem estrutural. Essa abordagem sugere que as representações apresentam elementos hierarquizados, organizados em torno de um núcleo central que, por sua vez, é constituído de um ou alguns elementos que dão à representação o seu significado, porém, sempre em quantidade limitada. Segundo Abric (2003), o núcleo central desempenha três funções essenciais na estruturação e no funcionamento das representações sociais: 1) Função geradora – o núcleo central é o elemento pelo qual se cria e se transforma a significação dos outros elementos constitutivos da representação, determinando o significado da representação; 2) Função organizadora – é ele que determina a natureza dos laços que unem entre si os elementos da representação, determinando sua organização interna; e 3) Função estabilizadora – esse é o elemento mais estável da representação e o mais resistente a mudanças, determinando a sua estabilidade. É, também, o levantamento do

núcleo central que permite o estudo comparativo entre as representações sociais, pois é essa análise que possibilita a identificação das diferenças e semelhanças básicas entre elas.

Para Abric (2003), existem diferenças significativas entre os elementos pertencentes ao núcleo central de uma representação social. Tais elementos podem ser classificados como *funcionais* ou *normativos*. Os primeiros são ligados à realização da tarefa, enquanto os segundos são voltados a normas, estereótipos ou atitudes. A identificação dos elementos é importante para conhecer o objeto da representação, o que está sendo representado, uma vez que permite identificar as dimensões que o núcleo central possui relativas ao objeto, bem como a relação que o sujeito – ou grupo – mantém com esse objeto. Para o autor, a coexistência desses dois tipos de elementos permite ao núcleo central realizar o seu duplo papel: avaliativo e pragmático.

De acordo com Flament (2001), existem, ainda, as representações autônomas e as não autônomas. As primeiras são aquelas que possuem um sistema central bem definido e as segundas se remetem a outras representações e, assim, são essencialmente dependentes dessa segunda representação. Porém, segundo Morin e Vergès (1992), conforme a noção de ancoragem, não há uma representação totalmente independente das outras, da mesma forma que se observou nos resultados do presente estudo.

Sá (1996), por sua vez, demonstrou o papel decisivo dos elementos periféricos (não pertencentes ao núcleo central) no funcionamento da representação, chamados por ele de sistema periférico. O autor considera esse sistema como um complemento indispensável ao sistema central, pois é ele que promove a interface do sistema central com a realidade concreta. Seus elementos caracterizam-se pela flexibilidade, adaptatividade e heterogeneidade quanto aos conteúdos. Além disso, é ele que atualiza e contextualiza constantemente as determinações normativas do sistema central.

Considerando os elementos teóricos expostos, o objetivo geral deste estudo consistiu em investigar,

em termos comparativos, como estudantes de diversos cursos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) representam socialmente o regime militar brasileiro e a Comissão Nacional da Verdade, bem como as possíveis relações entre essas representações. A hipótese inicial foi a de que a assimilação da novidade da CNV seria dependente do regime militar.

Foi selecionada uma amostra intencional de estudantes universitários com o objetivo de compreender o que os jovens pensam acerca desses objetos de representação. A escuta desse grupo possibilita fazer inferências sobre as memórias que possuem acerca da história, bem como o que eles irão transmitir para as futuras gerações, uma vez que os jovens participantes pertencem à geração de filhos e netos daqueles que vivenciaram o regime militar. Para Sá (2005), as representações sociais possuem estreita relação com as memórias sociais.

Método

Sujeitos e amostra

Os participantes da presente pesquisa foram alunos da UERJ, *campus* Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, que é o maior *campus* da instituição, oferecendo diferentes cursos nas diversas áreas do conhecimento. Os participantes estavam cursando graduação nas áreas de ciências exatas e da terra; humanas e sociais; e da saúde e biológicas. A amostra total, de tipo intencional de conveniência, foi composta por 200 estudantes distribuídos equitativamente entre as áreas de conhecimento acima especificadas, convidados a participar do estudo segundo os seguintes critérios de inclusão: faixa etária a partir de 18 anos e estar cursando entre o primeiro e o último período de graduação na UERJ.

Instrumentos de coleta dos dados

Foram aplicados dois instrumentos de coleta de dados: o questionário de caracterização sociodemográfica e a tarefa de evocação livre de palavras.

Inicialmente, foi solicitado ao participante a tarefa de evocação livre de palavras atendendo

aos estímulos "Comissão Nacional da Verdade" e "Regime Militar Brasileiro", produzindo cinco palavras para cada termo indutor. Logo em seguida, foi aplicado o instrumento de caracterização sociodemográfica, contendo informações como: sexo, idade, curso que o participante faz na UERJ e o período, a forma de ingresso na universidade (política de cotas ou não), bem como a orientação política do participante. Os instrumentos de coleta de dados foram aplicados pela pesquisadora Karen Sibila Strobel Moreira Weimer, com duração média de 15 minutos.

Antes de proceder à aplicação dos questionários, foi disponibilizado ao participante um termo de consentimento livre e esclarecido informando sobre os objetivos da pesquisa e informando quanto ao não pagamento pelas informações e a garantia de anonimato em futuras divulgações dos resultados. Após essa etapa, o participante foi solicitado a assinar o termo, comprovando a sua livre disposição em colaborar com a pesquisa, conforme a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que versa sobre pesquisa envolvendo seres humanos no País. Os aspectos éticos dessa pesquisa foram assegurados pela submissão do projeto à Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (COEP – UERJ), aprovado em 8 de junho de 2017, com o parecer de n.º 2.108.481.

Análise de dados

As evocações produzidas foram submetidas a uma padronização inicial, de modo que palavras diferentes com significados muito próximos fossem consideradas como uma mesma evocação. Daí resultou a constituição de dois *corpora* contendo elementos cognitivos distintos que compõem a representação de cada um dos dois objetos estudados.

Para Vergès (1992), termos que atendam, ao mesmo tempo, aos critérios de mais elevada frequência e ordem prioritárias de evocação têm maior importância no esquema cognitivo do sujeito e, provavelmente, pertencem ao núcleo central da representação. O recurso informático EVOC – *Ensemble de programmes permettant*

l'analyse des evocations, desenvolvido por Vergès (1999, 2000, 2003), auxiliou na organização dos dados. Em sua etapa final, foi gerado um "quadro de quatro casas" ou de distribuição das evocações em quatro quadrantes, através do qual são discriminados os elementos do núcleo central, os elementos de contraste e os elementos periféricos, compostos pela 1.ª e pela 2.ª periferia.

Segundo Oliveira, Marques e Tosoli (2005), o *software* calcula e informa a frequência simples de ocorrência de cada palavra evocada, a média ponderada de ocorrência de cada palavra em função da ordem de evocação e a média das ordens médias ponderadas do conjunto dos termos evocados.

O quadrante superior esquerdo agrupa os elementos temáticos de frequência igual ou acima da média e de Ordem Média De Evocação (OME) menor que a média das OMEs de todos os temas, ou seja, mais prontamente evocados. Tais elementos são, por esse motivo, os mais importantes e mais prováveis componentes do "núcleo central" da representação. Com base na mesma combinação dos critérios de frequência e ordem de evocação, o quadrante superior direito, chamado de "primeira periferia", agrupa os elementos periféricos mais importantes em função das suas elevadas frequências, os quais, inclusive, podem se revelar centrais em uma interpretação mais flexível. O quadrante inferior esquerdo, chamado de "zona de contraste", agrupa elementos que apresentam baixas frequências, mas são considerados importantes pelos sujeitos que os evocam mais prontamente, podendo revelar a existência de um subgrupo que sustenta uma representação distinta da maioria. O quadrante inferior direito ou "segunda periferia" agrupa os elementos menos frequentes e evocados mais tardiamente, os quais, por isso, são considerados como a periferia propriamente dita da representação.

Resultados

Perfil do grupo estudado

A caracterização do grupo estudado demonstrou o seguinte perfil sociodemográfico: 44% eram do sexo masculino e 56% do sexo feminino. No momento da pesquisa, a maior parcela dos

participantes tinha idade entre 19 e 24 anos, totalizando 77,5% da amostra (média de 22,79 anos, desvio-padrão \pm 2,56 anos). Quando divididos por área do conhecimento do curso de graduação, 34,5% se encontram em cursos pertencentes às áreas das ciências humanas e sociais, 33,0% em cursos das áreas exatas e da terra, e 32,5% em cursos das áreas das ciências biológicas e da saúde. Entre os participantes, 33,0% entraram na UERJ por meio de políticas de cotas. Com relação à orientação política, 54,5% se autodeclararam como tendo orientação política de esquerda ou centro esquerda, e 25,5% se autodeclararam como de direita ou centro direita, e, 20,5 declararam não possuir orientação política definida.

No que se refere à aproximação com a Comissão Nacional da Verdade, 56,0% dos participantes alegaram ter algum conhecimento sobre a CNV, enquanto 44,0% alegaram não conhecer essa Comissão.

Representações e memórias da Comissão Nacional da Verdade e do regime militar

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos a partir da técnica de evocação de

palavras, inicialmente, aqueles referentes à Comissão Nacional da Verdade e, em seguida, aqueles referentes ao Regime Militar Brasileiro. Em um segundo momento, as duas representações serão tratadas em termos comparativos.

Representação social da Comissão Nacional da Verdade

A estrutura representacional da CNV corresponde ao total da amostra de 200 participantes da presente pesquisa e representa o produto das evocações livres. O *corpus* produzido para esse objeto representacional contém um total de 960 palavras, sendo que, dessas, 51 são diferentes. A média das ordens médias de evocação é de 2,9 e a frequência média calculada considerada para inclusão das palavras no quadrante é de 48. Palavras com essa frequência ou valores superiores correspondem a 85,6% do total de evocações. A escolha de um ponto no gráfico de evocações em que existiu um salto perceptível na continuidade das proporções de evocações se deu a partir da frequência mínima 13. O Quadro 1 apresenta os resultados da análise prototípica mencionada.

FREQ. MÉD.	O.M.E. < 2,9		O.M.E. \geq 2,9			
	FREQ.	O.M.E	FREQ.	O.M.E		
\geq 48	necessário-verdade	134	2,746	justiça	90	2,967
	dever-lembrar	92	2,891			
	<i>história-brasil</i>	88	2,682			
	buscar-passado	65	2,754			
	governo	50	2,580			
	<i>ditadura</i>	49	2,837			
< 48	grupo-pessoas	36	2,389	esquecimento	43	3,093
	crimes	25	2,760	bom	34	3,412
	comprometimento	13	2,769	direitos	25	3,120
				pouca-divulgação	22	3,318
				<i>militar</i>	19	3,211
				vítimas	14	3,214

Quadro 01 – Quadro de Quatro Casas referente à representação da CNV por estudantes universitários. (N=200; OME 2,9; Frequência mínima 13).

No núcleo central da representação social da CNV para estudantes universitários encontram-se as expressões "necessário-verdade", "dever-lembrar", "história-brasil", "buscar-passado", "governo" e "ditadura". As elevadas frequências dessas palavras, acima da frequência média de separação dos quadrantes (48), e as baixas ordens médias de evocação (< 2,9), permitem inferir que se trata de elementos estáveis e consistentes e que, por isso, são considerados como constitutivos do núcleo central da representação. Na primeira periferia da representação encontra-se a palavra "justiça" com alta frequência, muito acima da frequência média estipulada como ponto de corte para os quadrantes e ordem média de evocações próxima ao ponto de corte, o que indica que essa palavra também pode se apresentar como central ou compor mesmo a primeira periferia.

Para Abric (1994), é importante identificar os elementos centrais da representação, pois isso permite identificar as dimensões que o núcleo central possui com relação ao objeto. De acordo com o autor, uma vez que esses elementos são identificados, é possível analisar diferenças significativas entre eles, que podem ser classificados de duas maneiras: elementos *funcionais*, ou pragmáticos, que são ligados à realização da tarefa e determinam as condutas relativas ao objeto; ou elementos *normativos*, ou avaliativos, que são voltados aos estereótipos e atitudes, sendo originados do sistema de valores dos indivíduos (Abric, 1994).

No núcleo central da representação da CNV, encontram-se tanto elementos funcionais quanto normativos. Os funcionais se traduzem nas palavras: "buscar-passado" e "dever lembrar", pois remetem a questões de ordem prática da CNV, enquanto os elementos normativos são representados pelas palavras: "história-brasil", "necessário-verdade", "governo", "ditadura" e "justiça" ligados à memória do grupo.

Os termos "necessário-verdade" e "justiça" indicam a dimensão humanista da representação. De acordo com Melo (2016), o conceito de justiça evoluiu do conceito de acesso à justiça, antes meramente formal e voltado para direitos individuais,

para uma noção de efetividade e de importância social do direito ao acesso à justiça, passando a ser considerado como o mais básico dos direitos humanos e pautado no conceito de humanismo. O humanismo pressupõe uma concepção do humano como centro da vida, das relações de produção e de comunicação, das relações entre os indivíduos e das sociedades. Assim, o humano passa a ser não apenas um adjetivo, mas o modo fundamental de existir no mundo.

Já os termos "dever lembrar" e "buscar passado" apontam para a dimensão histórica da CNV, o que é reforçado pelo termo "história-brasil" indicando que o resgate feito pela comissão é relacionado a um período da história do País. Pode-se inferir que esses termos demonstram uma tendência à desnaturalização da história. Para Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012), a naturalização tem sido uma estratégia recorrente e eficaz para perpetuação de situações opressivas e uma das principais armas na manutenção de situações de dominação e de acobertamento da realidade.

Por fim, os termos "governo" e "ditadura" apontam para uma dimensão ideológica do núcleo central da representação. Para Mezarobba (2009), o regime militar é apontado como um período de exceção no qual houve a suspensão da democracia e o País era governado por militares que se utilizavam de meios ditatoriais. De acordo com Weber (2000), o processo de funcionamento de um regime político segundo o pensamento Gramsciano aponta que as formas de controle político se dão tanto mediante a força e a coerção física quanto por meio do controle e da dominação ideológicos. Nesse sentido, o uso exclusivo de ações repressivas não é suficiente para manter um Estado: "em algum momento ele tem de conquistar a legitimidade e obter o consenso do conjunto da sociedade, em particular das classes subalternas" (Weber, 2000, p. 151). A ideologia parte, então, de um determinismo e de uma visão que dá ênfase aos processos de construção de consensos, com foco central na hegemonia.

Assim, observa-se que o núcleo central da representação da CNV possui elementos

normativos e funcionais, os quais apontam para dimensões de desnaturalização da história com característica humanista e ideológica, bem como predominantemente positivo.

O quadrante inferior esquerdo, ou "zona de contraste", de acordo com Abric (2003), pode revelar elementos que reforçam as noções presentes no núcleo central e na primeira periferia, ou revelar a existência de um subgrupo que sustenta uma representação distinta do grupo geral considerado. Nesse quadrante, encontram-se "grupo de pessoas", "crimes" e "comprometimento", o que, de certa forma, reforça as dimensões existentes no núcleo central e na primeira periferia, a dimensão governamental e estatal da Comissão Nacional da Verdade e a sua implicação na revisão da história do País.

No quadrante inferior direito, situam-se os elementos da periferia propriamente dita – ou segunda periferia – da representação, uma vez que são eles os menos frequentes e menos prontamente evocados. Sete elementos estão localizados na segunda periferia dessa representação, e são caracterizados por grande variedade de elementos. De modo geral, todos parecem reforçar as dimensões descritas nos quadrantes anteriores. Os elementos "direitos", "vítimas" e "busca" reforçam a dimensão da busca pela justiça. O elemento "militar" apoia-se na dimensão do Estado como uma forma de governo específica, associada a ações de violência presentes no período de ditadura militar. As transgressões dessa forma de governo são o foco da busca da verdade e da justiça na revisão do passado. Os elementos "bom" e "pouca divulgação" referem-se a uma dimensão atitudinal da representação na consideração do objeto de forma positiva, porém, ressaltando o fato de haver falhas em sua divulgação pelos meios de comunicação do País.

O elemento "esquecimento" reforça a importância da luta contra o esquecimento das violações de direitos humanos cometidos por agentes do Estado. Entretanto, pode-se inferir também a possibilidade desse termo indicar que um subgrupo de participantes acredite ser melhor que o objeto

da CNV continue mesmo no esquecimento.

Para Moscovici (2012, p. 64), as RS têm três dimensões: *informação*, *campo de representação* ou *imagem* e *atitude*. A *informação* (definidores da CNV) "tem relação com a organização dos acontecimentos que o grupo possui com respeito ao objeto social". Ela condiciona o tipo de representação que o grupo terá do objeto, como é o caso dos termos: "necessário-verdade", "história-brasil", "dever-lembrar", "buscar-passado", "justiça", "esquecimento", "direitos". O *campo de representação* ou *imagem (objetificação)* "nos remete à ideia de imagem, de modelo social, ao conteúdo concreto e limitado das proposições que expressam um aspecto determinado do objeto da representação", como é o caso dos termos: "governo", "grupo-pessoas", "crimes", "ditadura", "militar" e "vítimas". A *atitude* "termina de explicitar a orientação global em relação ao objeto da representação social", como é o caso dos termos: "bom", "pouca-divulgação" e "comprometimento".

Ao analisar as características da representação da CNV, observa-se que o estudo de Delfino (2014) se assemelha e reforça esses achados, pois aponta categorias de caráter histórico político e social do golpe militar, bem como dimensões relacionadas à necessidade de justiça aos envolvidos.

O estudo de Arnoso, Cárdenas e Páez (2012) realizado sobre a Comissão chilena demonstrou que a população considerava que aquela Comissão colaborou para o avanço da busca da verdade. Entretanto, a mesma Comissão foi considerada insuficiente para alcançar a reconciliação no País. Para que isso acontecesse, seria necessário avançar no sentido de fazer justiça e só assim recuperar a confiança perdida nas instituições. Esses resultados corroboram o presente estudo, em especial, nas dimensões de naturalização histórica e de busca por justiça.

Representações sociais do regime militar brasileiro

A estrutura representacional que corresponde ao regime militar brasileiro apresenta um *corpus* de evocações livres com o total de 992 palavras, sendo que, dessas, 68 eram diferentes. A média

das ordens médias de evocação foi de 3,0, e a frequência média calculada considerada para inclusão das palavras no quadrante foi de 44. Palavras com essa frequência ou valores superiores corresponderam a 80,4% do total de evocações. A

escolha de um ponto no gráfico de evocações no qual existiu um salto perceptível na continuidade das proporções de evocações se deu a partir da frequência mínima 12. O Quadro 2 apresenta os resultados da análise prototípica mencionada:

FREQ. MÉD.	O.M.E. < 3,0		O.M.E. ≥ 3,0			
	FREQ.	O.M.E	FREQ.	O.M.E		
≥ 44	<i>ditadura</i>	98	1,796	<i>censura</i>	99	3,222
	<i>violência</i>	70	2,971			
	<i>tortura</i>	64	2,719			
	<i>história</i>	58	2,810			
	<i>militar</i>	55	2,709			
	<i>golpe</i>	44	2,659			
< 44	<i>opressão</i>	40	2,500	<i>repressão</i>	41	3,171
				<i>ordem</i>	35	3,400
				<i>guerra</i>	34	3,324
				<i>querem-volta</i>	28	3,286
				<i>tempos-difíceis</i>	26	3,115
				<i>autoritarismo</i>	24	3,083
				<i>sem-democracia</i>	23	3,130
				<i>capitalismo</i>	19	3,421
				<i>abuso</i>	15	3,133
				<i>armas</i>	12	3,500
			<i>morte</i>	13	3,077	

Quadro 2 – Quadro de Quatro Casas referente à representação do Regime Militar pelos estudantes universitários. (N=200; OME 2,9; Frequência mínima 12).

O núcleo central da representação social do regime militar brasileiro para estudantes universitários contém as expressões “ditadura”, “violência”, “tortura”, “história”, “militar” e “golpe”. Essas palavras são consideradas constitutivas do núcleo central da representação devido às elevadas frequências e as baixas ordens médias de evocação. Na primeira periferia da representação, encontra-se a palavra “censura” com alta frequência, muito acima da frequência média estipulada como ponto de corte para

os quadrantes e a ordem média de evocações próxima ao ponto de corte, o que indica que essa palavra pode também se apresentar como central. Observa-se que todos os elementos do núcleo central da representação são de ordem normativa, demonstrando uma representação fortemente avaliativa e com característica predominantemente negativa.

Os termos “ditadura”, “militar” e “golpe” apontam para a dimensão ideológica do núcleo central da representação, especificamente dessa forma de

governo. Para Tavares e Agra (2009), os militares alcançaram o poder por meio de um golpe de Estado e governaram por meios ditatoriais com ênfase na construção de consensos hegemônicos, os quais garantem a manutenção de ideologias.

Já os termos "violência", "tortura" e "censura" apontam para dimensão dos meios utilizados para manutenção da ideologia, uma vez que, no período da ditadura militar, os direitos humanos foram violados com mais frequência (Canabarro, 2014).

O termo "história" aponta para a dimensão histórica do regime militar, o qual ocorreu no Brasil em determinado contexto e período histórico. Porém, essa dimensão parece demonstrar uma intenção de naturalização daquele período como um passado que aconteceu, mas que pertence à história do País, sem a necessidade de focar as mazelas sofridas pela população, tanto as violações de direitos humanos que ocorreram naquela época quanto os motivos que levaram a tais atos. Para Accorssi et al. (2012), essa naturalização pode contribuir para a manutenção de situações de dominação.

Assim, observa-se que o núcleo central da representação do regime militar possui características unicamente normativas que apontam para dimensões ideológicas. Demonstra, ademais, ser predominantemente negativo, contendo também uma dimensão que evidencia uma possível intenção de naturalização desse período da história.

No quadrante inferior esquerdo, ou "zona de contraste", encontra-se apenas a palavra "opressão", o que, de certa forma, reforça as dimensões existentes no núcleo central e na primeira periferia.

A representação do regime militar para estudantes da UERJ possui nove elementos que se situam na segunda periferia, caracterizados por grande variedade de elementos. A maioria deles, como "repressão", "guerra", "autoritarismo", "sem-democracia", "abuso" e "armas" remetem a uma visão negativa sobre o regime militar, ao passo que os termos "ordem", "querem-volta" e "capitalismo" indicam uma possível presença de elementos positivos acerca do regime militar brasileiro.

Observa-se que nessa representação a maior

parte dos termos possui dimensão da informação, sendo eles: "ditadura", "violência", "tortura", "história", "militar", "golpe", "censura", "opressão", "repressão", "autoritarismo", "sem-democracia". Na dimensão da imagem ou conteúdo concreto da representação, encontram-se os termos: "guerra", "capitalismo", "armas" e "morte". Já na dimensão da atitude, que determina a orientação com relação ao objeto, estão situados os termos "ordem", "querem-volta", "abuso" e "tempos-difíceis".

O estudo de Sá, Oliveira, Castro, Vetere e Carvalho (2009) buscou analisar a memória do regime militar por três gerações da sociedade carioca: jovens, adultos e idosos. Observou-se que o termo comum para as três gerações foi "ditadura", sendo esse o mais prontamente evocado também na representação do regime para estudantes universitários da presente pesquisa. Para Sá et al. (2009), esse é um elemento importante, unificador da memória histórica que a sociedade carioca guarda e cultiva acerca do regime militar. Esse elemento desafia qualquer eventual esforço que se desenvolva na arena política no sentido de caracterizar o regime militar de outra maneira que não como uma ditadura. Comparado os resultados referentes aos jovens, faixa etária que mais se aproxima com a dos participantes da presente pesquisa, observa-se que possuem também em comum o termo "censura", elemento central em ambas as representações.

Wolter, Wachelke, Sá, Dias e Naiff (2015) realizaram pesquisa sobre a representação do regime militar brasileiro entre jovens utilizando diferentes técnicas para distinguir os elementos centrais e periféricos. Posteriormente, compararam os resultados com pesquisas anteriores sobre o mesmo objeto. A comparação dos resultados mostrou que três termos se apresentam como centrais, independentemente da técnica utilizada, sendo eles "ditadura", "censura" e "repressão". Em comparação com a presente pesquisa, manteve-se "ditadura" como central, "censura" na primeira periferia e "repressão" na segunda periferia.

Aproximações entre as representações da CNV e do Regime Militar

A hipótese inicial que justificou a coleta das evocações da Comissão Nacional da Verdade e também do regime militar brasileiro foi a de que não haveria uma representação autônoma da CNV para o grupo pesquisado. Para Flament (2001), as representações sociais podem possuir um sistema central bem definido e, assim, serem consideradas autônomas, ou podem se remeter a outras representações e serem por isso, consideradas representações não autônomas. Nesses casos, as representações dependem de outras, o que, segundo o autor, ocorre especialmente no caso de objetos sociais novos, que são elaborados em referência a outros mais antigos.

Dessa maneira, supunha-se que a representação social da Comissão Nacional da Verdade estaria vinculada à representação social do regime militar brasileiro, sendo a primeira dependente da segunda. Entretanto, tal hipótese não foi confirmada, pois verificou-se que se trata de duas representações independentes, com núcleos centrais bem definidos. A representação social da CNV ancora-se na representação social do Regime Militar, o que não poderia ser diferente, visto que tal Comissão foi instituída para apurar violações de direitos humanos que ocorreram na vigência de um regime militar no Brasil.

De acordo com a abordagem estrutural aqui privilegiada, proposta por Abric (2003), para que duas representações sejam diferentes, elas devem ser organizadas em torno de dois núcleos centrais diferentes. Caso contrário, há que se concluir que se trata da mesma representação social. Observa-se a existência de algumas aproximações entre as representações analisadas em termos de conteúdo, mas tais semelhanças não são suficientes para a afirmação de que se trata de uma mesma representação.

No geral, em termos centrais, a representação social da CNV apresenta elementos positivos, enquanto a representação do regime militar apresenta elementos negativos, o que demonstra que enquanto o regime militar é visto de forma negativa, as formas de

resgate de violações de direitos humanos ocorridas naquele período são representadas positivamente por estudantes universitários.

Os núcleos centrais das representações da CNV e do regime militar apresentam em comum o elemento de dimensão ideológica "ditadura", com frequência 49 na representação da CNV e frequência 98 na representação do regime militar. Tal termo, de caráter normativo, apresenta características imagéticas na representação da CNV, uma vez que, ao se falar da Comissão, a ditadura aparece como um conteúdo concreto, expressando um determinado aspecto do objeto da representação. Já quando relacionado ao termo indutor "regime militar brasileiro", esse mesmo termo assume características atitudinais, visto que se configura como uma orientação global em relação ao objeto da representação social, uma vez que considerar o regime como um período de ditadura remete a uma forma de avaliar tal forma de governo.

Os núcleos centrais das representações apresentam em comum, também, dois termos que podem ser considerados sobrepostos. São eles "história-brasil" com frequência 88 para a representação da CNV e "história" com frequência 58 para a representação do regime militar. Esses termos têm caráter normativo e remetem à dimensão da informação, pois são definidores de ambas as representações. Na representação do regime militar brasileiro, esse termo aponta para uma naturalização da história, como um período como outro qualquer, sem que necessariamente se deva enfatizar os motivos pelos quais ocorreram e as formas de sua manutenção. Enquanto na representação da CNV, o mesmo termo aponta para uma desnaturalização da história, pois a Comissão visa à revisão da história e o resgate de memórias.

O termo de caráter ideológico "militar" encontra-se no núcleo central da representação do regime militar brasileiro (frequência 55), e encontra-se apenas na segunda periferia da representação da CNV (frequência 19). Esse termo pode ser classificado como normativo avaliativo em ambas as representações. Para o regime militar, possui caráter informativo, visto que se apresenta como

um dos conceitos da representação, ao passo que na representação da CNV, apresenta-se com uma dimensão imagética, uma vez que aponta para um aspecto concreto do objeto. Isso indica que para o grupo estudado, o fato de o regime ter sido composto essencialmente por militares recebe grande destaque quando relacionado a representações do regime militar.

Conclusões

O regime militar brasileiro foi estruturado de forma a disseminar o medo e desmobilizar a sociedade. Aqueles que se opunham tinham as suas ideias classificadas como opositoras e, sob esse pretexto, eram punidos e perseguidos por meio das mais variadas formas de violação de direitos humanos. Apesar de o Brasil não ter seguido exemplos internacionais com tentativas efetivas de justiça durante a transição para a democracia, observam-se algumas formas de reparação para as vítimas do regime e seus familiares. Apenas em 2011 foi criada a lei que determinou a criação de uma Comissão da Verdade com objetivo de resgatar as violações de direitos humanos que ocorreram no período, para que a sociedade conhecesse os meios utilizados pelos governantes da época. Mesmo com as críticas direcionadas aos trabalhos da CNV e as dificuldades enfrentadas, o relatório final teve um papel importante de posicionamento da sociedade frente aos fatos relatados.

Acredita-se ser importante investigar o processo de familiarização da população para com a CNV. Por diversos motivos, entre eles o longo período entre a retomada da democracia e a instalação da CNV no País, essa não recebeu grande atenção dos meios de comunicação em geral.

As representações foram tratadas separadamente e os resultados mostraram que a representação social da CNV para esse grupo é ancorada na representação do regime. De fato, existe certa dependência entre as representações, mas essas são formadas em torno de núcleos centrais bem definidos, indicando que se trata de duas representações sociais diferentes. Em sentido geral, a representação social da CNV possui

características positivas, indicando o respaldo desse grupo ao resgate da memória de violações de direitos humanos realizado pela Comissão Nacional da Verdade. Já a representação social do regime militar brasileiro possui características predominantemente negativas, o que indica fortemente a desaprovação dessa forma de governo, ressaltando as formas de violência que se utilizavam no tratamento de seus opositores.

A presença dos termos "ditadura", "militar" e "história" em comum nas representações reforça o fato de que a instituição da Comissão no País se deve à existência de um regime de exceção, no qual militares governaram por mais de 20 anos, utilizando-se de meios ditatoriais, com uso de violência física e psicológica. São essas violações de direitos humanos ocorridos durante o período citado que justificam a existência da criação da CNV.

Este estudo apresenta como limitações tratar-se de amostra intencional com um grupo com características específicas devido ao seu maior acesso à informação, portanto, com resultados não generalizáveis. Buscou-se minimizar tal limitação por meio da inserção de participantes das diversas áreas do conhecimento, logo, com diferentes aproximações com relação aos objetos de estudo.

Devido à relevância de compreender amplamente as representações da Comissão Nacional da Verdade e do regime militar brasileiro, assuntos de suma importância para a sociedade em geral, recomenda-se que o estudo seja realizado com a população, a partir de uma amostragem probabilística.

Referências

- Abric, J.-C. (2003). Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In P. H. F. Campos & M. C. S. Loureiro (Org.). *Representações sociais e práticas educativas*. Goiânia: UCG. **(DOI INEXISTENTE)**
- Accorssi, A., Scarparo, H., & Guareschi, P. (2012). A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. *Psicologia e Sociedade*, 24(3), 536-546. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000300007>
- Arnosó, M., Cárdenas, M., & Páez, D. (2012). Diferencias intergeneracionales en la mirada hacia el pasado represivo chileno. *Psicología Política*, 45, 7-26. **(DOI INEXISTENTE)**

Brasil. (2015). *Comissão nacional da verdade: relatório final*. Recuperado de: <http://www.cnv.gov.br/imagens/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV> Acesso em: 12 jun. **(DOI INEXISTENTE)**

Canabarro, I. (2014). Caminhos da comissão nacional da verdade (CNV): memórias em construção. *Seqüência*, 69, 215-234. <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2014v35n69p215>

Daltoé, A. S. (2016). A comissão nacional da verdade e suas ressonâncias nos documentários da verdade. *Linguagem em (Dis)curso* 16(1), 153-167. <https://doi.org/10.1590/1982-4017-160108-4215>

Delfino, E. L. C. (2014). *Representações sociais de três gerações acerca da ditadura militar e da comissão da verdade* (Dissertação de mestrado). Departamento de psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil. **(DOI INEXISTENTE)**

Flament, C. (2001). Estrutura e dinâmica das representações sociais. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ. **(DOI INEXISTENTE)**

Hayner, P. B. (2001). *Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity*. New York: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203903452>

Jodelet, D. (2001). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ. **(DOI INEXISTENTE)**

Mezarobba, G. (2009). O que é justiça de transição? Uma análise do conceito a partir do caso brasileiro. In: I. Soares & S. Kishi (Coord.). *Memória e verdade: a justiça de transição no Estado democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum. **(DOI INEXISTENTE)**

Melo, S. (2016). A possibilidade da educação jurídica numa perspectiva humanista. *Resenha Eleitoral* 20(1), 201-220. **(DOI INEXISTENTE)**

Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. (S. Fuhrmann, Trad.). Petrópolis: Vozes. **(DOI INEXISTENTE)**

Oliveira, D. C., Marques, S. C., & Tosoli, A. M. (2005). Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais. In: A. S. Paredes (Org.). *Perspectivas Teórico-Methodológicas em representações sociais*. João Pessoa: Universitária UFPB. **(DOI INEXISTENTE)**

Sá, C. P. (1996). *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: [Vozes](#). **(DOI INEXISTENTE)**

Sá, C. P. (2015). *Estudos de psicologia social: história, comportamento, representações e memória*. Rio de Janeiro: EdUERJ. **(DOI INEXISTENTE)**

Sá, C. P., Oliveira, D. C., Castro, R. V., Vetere, R., & Carvalho, V. C. (2009). A memória histórica do regime militar ao longo de três gerações no Rio de Janeiro: sua estrutura representacional. *Estudos de Psicologia*, 26(2), 159-171. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2009000200004>

Tavares, A. R., & Agra, W. M. (2009). Justiça reparadora no Brasil. In: I. V. P. Soares & S. A. S. Kishi (Coord.). *Memória e verdade: a justiça de transição no estado democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum. **(DOI INEXISTENTE)**

Vergès, P. (1992). L'évocation de l'argent: une méthode pour la définition du noyau central de la représentation. *Bulletin de Psychologie*, 45(405), 203-209. **(DOI INEXISTENTE)**

Weber, M. H. (2000). *Comunicação e espetáculos da política*. Porto Alegre: Universidade UFRGS. **(DOI INEXISTENTE)**

Wolter, R. P., Wachelke, J. F. R., Sá, C. P., Dias, P., & Naiff, D. G. M. (2015). Temporalidade e representações sociais: estabilidade e dinâmica dos elementos ativadas pelo regime militar brasileiro. *Psychologica*, 58(1), 107-125. https://doi.org/10.14195/1647-8606_58-1_6

Endereço para correspondência

Karen Sibila Strobel Moreira Weimer (Rua Alisios, número 145, Cuiabá, Mato Grosso, CEP 78048-226 (65) 99954-4522; karen.weimer@hotmail.com).

Autor I

Nome: Karen Sibila Strobel Moreira Weimer.

Titulação Acadêmica: Doutoranda

Afiliação Institucional: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Autor II

Nome: Denize Cristina de Oliveira

Titulação Acadêmica: Pós doutora

Afiliação Institucional: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)